



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

INSTRUÇÕES

Elaboração do Relatório de Avaliação do Impacto do Projeto
«Investimento TC-C10-i07 - Navegação Ecológica»

ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE SIGLAS	3
1. ENQUADRAMENTO	4
2. INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO.	
3. ALERTAS	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.

CONTROLO DO DOCUMENTO

Versão	Data	Descrição de Atualização
V01	04FEV2026	Versão Inicial das Instruções para Elaboração Relatório de Avaliação do Impacto do Projeto Investimento TC-C10-i07 – Navegação Ecológica

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

Sigla	Nome
AAC	Aviso de Abertura de Concurso
BF	Beneficiário Final
DNSH	<i>Do No Significant Harm</i> – não prejudicar significativamente
PTRF	Pagamento a Título de Reembolso Final
TA	Termo de aceitação

1. ENQUADRAMENTO

Os AAC lançados no âmbito da medida C10-i07 - Navegação Ecológica tiveram como objetivo apoiar projetos que garantissem as condições para a aceleração da transição energética do transporte marítimo de mercadorias e passageiros, no médio e longo prazo, em prol da proteção do ambiente, no sentido da evolução para uma maior eficiência energética e com emissões reduzidas, através do recurso a tecnologias marítimas para a modernização e conversão de navios, permitindo a redução de emissões e descarbonização das tecnologias de propulsão, o desenvolvimento de embarcações autónomas ou «inteligentes», bem como a aposta em tecnologias de informação marítima e investimentos ambientalmente sustentáveis.

Assim os projetos apoiados devem cumprir os objetivos inerentes ao Aviso, sendo desta forma necessário que, com a conclusão do investimento, seja apresentado, por parte dos beneficiários finais, um relatório que permita validar o cumprimento dos referidos objetivos, nomeadamente dos indicadores de resultado contratualizados.

Neste sentido e de forma a uniformizar os procedimentos o BF deve apresentar, em sede de PTRF um relatório de avaliação de impacto do projeto.

2. INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROJETO

De uma forma sucinta e fundamentada, deve justificar o impacto do projeto na aceleração da transição energética do transporte marítimo de mercadorias e passageiros, no médio e longo prazo, em prol da proteção do ambiente, tendo em conta as os investimentos efetivamente realizados no âmbito do projeto devendo seguir o seguinte guião:

1. Descrição da Operação Desenvolvida no âmbito da candidatura evidenciando o seu enquadramento nas tipologias de operação aprovadas;
2. Apresentação dos resultados finais em termos dos indicadores contratualizados, devendo ser apresentados os cálculos associados aos mesmos, que permitam avaliar o ano de referência de 2022 e os níveis de redução para cada indicador tendo por base a intervenção efetivamente realizada no âmbito do projeto;
3. Apresentação dos cálculos que permitam comprovar que o projeto contribui para reduzir o consumo de combustível da embarcação em pelo menos 10 %, expresso em gramas de combustível por toneladas de porte bruto por milha náutica. O cálculo dos consumos deve ser demonstrado através da dinâmica dos fluidos computacional (CFD), ensaios dos reservatórios ou cálculos de engenharia semelhantes;
4. Comprovar a aplicação dos requisitos de DNSH com:
 - 4.1. medidas para impedir a introdução de espécies não indígenas através da bioincrustação nos cascos e nas estruturas dos navios mais expostas a este fenómeno, tendo em conta as diretrizes da OMI sobre bioincrustações;
 - 4.2. para redução do ruído e das vibrações, através da utilização de hélices antirruído, tipos de casco ou maquinaria de bordo em conformidade com as orientações da OMI para a redução do ruído subaquático;
5. Identificação do estaleiro e da Organização Reconhecida do projeto.

3. ALERTAS

1. O PTRF não poderá ser submetido sem o respetivo relatório;
2. A avaliação a efetuar deverá ter como ponto de partida os pressupostos de cálculo da candidatura (situação de partida).
3. A avaliação deverá conter, de forma objetiva, o quadro dos indicadores contratualizados e o mesmo quadro com os valores atingidos com a implementação do projeto;
4. Os valores a reportar, que devem ter como referência a data de conclusão do projeto/apresentação do PTRF, devem ser suportados em informação técnica;
5. Na impossibilidade de apurar os dados efetivos de reduções (ex: recente entrada em funcionamento dos equipamentos que contribuem para essa redução), o cálculo das reduções poderá ser efetuado por estimativas suportadas em dados/evidências/características técnicas dos investimentos efetivamente realizados num horizonte temporal de 12 meses considerando o pleno funcionamento dos equipamentos apoiados. Os elementos de suporte técnico deverão fazer parte do dossier do projeto;
6. Futuramente, poderão ser solicitados, a qualquer altura pelas entidades competentes, os dados reais que comprovem as estimativas agora apresentadas.



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência